

Mogi das Cruzes/SP, 22 de maio de 2023

Ao Banco Central do Brasil,

Referente: Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

CARTA DE APRESENTAÇÃO

A **Evoy Administradora de Consórcio LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº **42.735.881/0001-39** neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, apresenta por meio desta, as demonstrações contábeis para o **semestre** findo em **31 de Dezembro de 2022**, e os esclarecimentos requeridos por força da Carta Circular 3.981, de 25 de outubro de 2019 do Banco Central do Brasil.

1. Encontram-se em arquivo anexo os seguintes documentos:

- I – Relatório da Administração;
- II – Balanço Patrimonial;
- III – Demonstração de Resultado;
- IV – Demonstração do Resultado Abrangente;
- V – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- VI – Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcio;
- VII – Demonstração Consolidada das Variações nas Disponibilidades de Grupos;
- VIII – Notas Explicativas;
- IX – Relatório do Auditor Independente.

2. Por fim, cumpre salientar que a alta administração da **Evoy Administradora de Consórcio LTDA** é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e, por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção.



Atenciosamente,

Marcelo Luís Lucindo de Souza
Administrador

Renata Grisaro Franco de Souza
TC CRC: SP 284247/O-4



I - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Evoy Administradora de Consórcio LTDA, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, correspondentes ao exercício/semestre findo em 31 de dezembro de 2022.

O prejuízo do semestre findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 294.772,72.

A autorização de funcionamento foi concedida pelo Banco Central do Brasil em 16/06/2021, sendo que só foi possível o início das atividades e integralização do capital em 15/07/2021, data de inscrição do cadastro nacional de pessoas jurídicas junto à Receita Federal.

A DIRETORIA

Marcelo Luís Lucindo de Souza
Administrador

Renata Grisaro Franco de Souza
TC CRC: SP 284247/O-4

II - BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de reais)

BALANÇO ENCERRADO EM 31/12/2022		
ATIVO	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE	1.081	1.369
DISPONIBILIDADE		
CREDITOS DE APLICACOES FINANCEIRAS	1.034	1.358
DIREITOS REALIZAVEIS		
DUPLICATAS A RECEBER	1	
OUTROS CREDITOS	2	7
IMPOSTOS RECUPERAVEIS	44	4
CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
COMPENSAÇÃO	2.426	
RECURSO DE CONSÓRCIO		
UTILIZADOS	1.724	
A UTILIZAR	595	
PREVISÃO MENSAL REC. RECEBER CONSORCIO	107	
TOTAL DO ATIVO	3.507	1.369

(Em milhares de reais)

BALANÇO ENCERRADO EM 31/12/2022		
PASSIVO	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE	70	1
PASSIVO CIRCULANTE		0
OBRIGACOES A PAGAR	41	0
OBRIGACOES SOCIAIS A PAGAR	1	0
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	27	1
OUTROS CREDORES	1	0
		0
PATRIMONIO LIQUIDO	1.011	1368
CAPITAL SOCIAL	1.500	1500
		0
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	-489	-132
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	-132	-132
RESULTADO DO EXERCICIO	-358	
CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
COMPENSAÇÃO		
RECURSOS COLETADOS - NORMAIS	2.319	
CONTRIB. CONSORCIOS À RECEBER		
CONTRIB. CONSORCIOS À RECEBER	107	
TOTAL DO PASSIVO	3.507	1.369

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

III - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO

(Em milhares de reais)

NOMENCLATURA	EXERCÍCIO 2022	EXERCÍCIO 2021
RECEITAS OPERACIONAIS		
RECEITAS OPERACIONAIS	1.650	0
OUTRAS RENDAS OPERACIONAIS	126	20
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	0	0
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	-219	0
= RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.557	0
DESPESAS OPERACIONAIS	0	0
DESPESAS OPERACIONAIS	0	0
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-456	-150
DESPESAS GERAIS	0	0
DESPESAS GERAIS	-1.443	0
DESPESAS FINANCEIRAS	0	0
DESPESAS TRIBUTARIAS	-6	-1
= RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	-348	0
CONTRIBUICAO SOCIAL	-4	0
PROVISAO P/IMPOSTO DE RENDA	-6	0
= RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCICIO	-358	-132

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.



IV - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	EXERCÍCIO DE 2022	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	0	-358
PARCELA DOS SÓCIOS	0	0
(-) AJUSTES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS	0	0
(=) OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES ANTES DA RECLASSIFICAÇÃO	0	0
AJUSTES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS RECLASSIFICADOS PARA RESULTADO	0	0
(=) OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	0	0
PARCELA DOS SÓCIOS	0	0
(=) RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	0	-358
(-) PARCELA TOTAL DOS SÓCIOS	0	0
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	0,00	-358

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.



V - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
AGRUPAMENTO	FATO CONTÁBIL	VALOR	D/C
CAPITAL SOCIAL	SALDO ANTERIOR	1.500	C
	CAPITAL SOCIAL	0	C
	SALDO ATUAL	1.500	C
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	SALDO ANTERIOR	-194	D
	PREJUÍZOS ACUMULADOS	-295	D
	SALDO ATUAL	-489	D

RESUMO POR FATO CONTÁBIL

FATO CONTÁBIL	VALOR	D/C
SALDO ANTERIOR		1 C
CAPITAL SOCIAL		0 C
PREJUÍZOS ACUMULADOS		-295 D
SALDO ATUAL		-293 C

RESUMO POR AGRUPAMENTO

AGRUPAMENTO	VALOR	D/C
TOTAL GERAL		0 C
CAPITAL SOCIAL		1.500 C
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		0 D

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.



VI - DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO

(Em milhares de reais)

ATIVO	CÓDIGO RUBRICA	SALDO ATUAL
ATIVO CIRCULANTE	1.0.0.00.00-7-00	890
DISPONIBILIDADES	1.1.0.00.00-6-00	0
DEPOSITOS BANCARIOS	1.1.2.00.00-2-00	0
DEPOSITO BANCARIOS	1.1.2.92.00-3-00	0
DEPOSITO BANCARIOS	1.1.2.92.10-6-00	0
		0
APLICACOES INTERFIN.DE LIQUIDE	1.2.0.00.00-5-00	595
OUTRAS	1.2.9.00.00-2-00	595
APLICACOES FINANCEIRAS	1.2.9.90.00-5-00	595
DISPONIBILIDADES DO GRUPO	1.2.9.90.12-2-00	286
DISPONIBILIDADES DE GRUPO	1.2.9.90.12-2-01	286
VINCUL.CONTEMPLADOS - DEMAIS A	1.2.9.90.35-9-00	308
		0
OUTROS CREDITOS	1.8.0.00.00-9-00	295
VALORES ESPECIFICOS	1.8.7.00.00-0-00	295
DIREITOS JUNTO A CONS CONTEML	1.8.7.93.00-0-00	295
NORMAIS	1.8.7.93.05-5-00	295
FUNDO COMUM A RECEBER	1.8.7.93.05-5-01	332
FUNDO DE RESERVA A RECEBER	1.8.7.93.05-5-02	14
(-) FUNDO COMUM RECEBIDOS	1.8.7.93.05-5-03	-51
(-) FUNDO DE RESERVA RECEBIDO	1.8.7.93.05-5-04	-1
ATUALIZAÇÃO FUNDO COMUM	1.8.7.93.05-5-05	0
EM ATRASO	1.8.7.93.15-8-00	0
FUNDO COMUM	1.8.7.93.15-8-01	0
FUNDO DE RESERVA	1.8.7.93.15-8-02	0
		0
COMPENSACAO	3.0.0.00.00-1-00	139.784
CONSORCIO	3.0.7.00.00-2-00	139.784
PREV.MENSAL REC.A RECEB.CONSOR	3.0.7.75.00-6-00	107
CONTRIBUICOES DEVIDAS AO GRUPO	3.0.7.78.00-3-00	71.549
VR.BENS OU SERV.A CONTEMPLAR	3.0.7.82.00-6-00	68.128
		0
TOTAL GERAL DO ATIVO	3.9.9.99.99-3-00	140.674



VI – DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO

(Em milhares de reais)

PASSIVO	CÓDIGO RUBRICA	SALDO ATUAL
PASSIVO CIRCULANTE	4.0.0.00.00-8-00	890
		0
OUTRAS OBRIGACOES	4.9.0.00.00-9-00	890
OBRIGACOES DIVERSAS	4.9.8.00.00-3-00	890
OBRIGAÇÕES COM CONSORCIADOS	4.9.8.82.00-7-00	201
RECEBIMENTOS NAO IDENTIFICADOS	4.9.8.82.07-6-00	0
FUNDO COMUM	4.9.8.82.07-6-01	0
REND APLIC FINANCEIRA	4.9.8.82.07-6-02	0
CONTR.CONSORCIADOS NÃO CONTEMP	4.9.8.82.10-0-00	201
FUNDO COMUM	4.9.8.82.10-0-01	201
ATUALIZAÇÕES DE OBRIGAÇÕES	4.9.8.82.10-0-03	0
VALORES A REPASSAR	4.9.8.86.00-3-00	267
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	4.9.8.86.10-6-00	265
TAXA ADM. COLETADA	4.9.8.86.10-6-01	1.858
(-) TAXA ADM.UTILIZADAS	4.9.8.86.10-6-02	-1.593
		0
PRÊMIOS DE SEGUROS	4.9.8.86.15-1-00	0
PRÊMIOS DE SEGUROS COLETADOS	4.9.8.86.15-1-01	106
(-)PRÊMIOS DE SEG.UTILIZADOS	4.9.8.86.15-1-02	-106
		0
MULTAS E JUROS MORATÓRIOS	4.9.8.86.20-9-00	1
MULTA E JUROS COLETADOS	4.9.8.86.20-9-01	2
(-)MULTAS E JUROS UTILIZADOS	4.9.8.86.20-9-02	-2
		0
MULTA RESCISÓRIA	4.9.8.86.22-3-00	1
MULTA RESCISÓRIA RETIDA ADM.	4.9.8.86.22-3-01	1
ATUALIZ.MULTA RECISÓRIA ADM	4.9.8.86.22-3-03	0
		0
OBRIG.POR CONTEMPLA ENTREGAR	4.9.8.91.00-5-00	308
BENS PENDENTES DE ENTREGA	4.9.8.91.00-5-01	332
(-)AQUISIÇÃO DE BENS	4.9.8.91.00-5-02	-24
RENDIMENTO VINCULADO CONTEMPLA	4.9.8.91.00-5-04	0
DEVOLUÇÃO CANCEL/CONTEMP	4.9.8.91.00-5-07	1
(-) VALORES DEV.CANC/CONTEMP	4.9.8.91.00-5-08	-1
		0

VI - DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO

REC.A DEV.A CONSORCIADOS	4.9.8.94.00-2-00	15
DESISTENTES OU EXCLUÍDOS	4.9.8.94.20-8-00	15
FUNDO COMUM	4.9.8.94.20-8-01	12
ATUALIZAÇÃO DE DEVOLUÇÃO	4.9.8.94.20-8-03	0
FUNDO DE RESERVA	4.9.8.94.20-8-04	3
(-) TRANSF. COTA CANC. CONTEMP	4.9.8.94.20-8-99	-1
		0
RECURSOS DO GRUPO	4.9.8.98.00-8-00	98
FUNDO DE RESERVA	4.9.8.98.15-6-00	14
FUNDO DE RESERVA	4.9.8.98.15-6-01	14
REND APLIC FUNDO RESERVA	4.9.8.98.15-6-02	0
FDO RESERVA TRANSF.FDO COMUM	4.9.8.98.16-3-00	68
FUNDO RESERVA TRANSF FDO COMUM	4.9.8.98.16-3-01	68
FDO RES.A REC.CONSORC.CONTEMPL	4.9.8.98.17-0-00	14
FDO RES. A REC. CONS. CONTEMPL	4.9.8.98.17-0-01	14
AT. FDO RES. REC.CONS.CONTEMPL	4.9.8.98.17-0-02	0
REND.APLICAÇÕES FINANCEIRAS	4.9.8.98.20-4-00	0
FUNDO COMUM	4.9.8.98.20-4-01	0
(-) REND.VINC. CONTEMPLAÇÃO	4.9.8.98.20-4-03	0
MULTAS E JUROS MORATÓRIOS RETI	4.9.8.98.30-7-00	2
MULTA E JUROS MORATÓRIOS	4.9.8.98.30-7-01	2
ATUALIZAÇÃO DE DIREITOS	4.9.8.98.50-3-00	0
ATUALIZAÇÃO DE DIREITOS	4.9.8.98.50-3-01	0
(-)ATUALIZAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	4.9.8.98.60-6-00	0
ATUALIZAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	4.9.8.98.60-6-01	0
		0
COMPENSACAO	9.0.0.00.00-3-00	139.784
CONSORCIO	9.0.7.00.00-4-00	139.784
REC.MENSAIS RECEBER CONSORCIAD	9.0.7.75.00-8-00	107
OBRIGS.DO GRUPO POR CONTRIBUIC	9.0.7.78.00-5-00	71.549
BENS OU SERV A CONTEMP. -VALOR	9.0.7.82.00-8-00	68.128
		0
TOTAL GERAL DO PASSIVO	9.9.9.99.99-5-00	140.677

VII - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS.

(Em milhares de reais)

ATIVO	EXERCÍCIO 2022	SALDO ACUMULADO
DISPONIBILIDADES	270	0
CAIXA	0	0
DEPOSITOS BANCARIOS	0	0
CHEQUES EM COBRANCA	0	0
APLIC. FINANC. GRUPO	34	0
APLIC. FINANC. VINC. CONTEMPL	236	0
	0	0
(+) RECURSOS COLETADOS	676	2319
CONTRIBUICOES P/AQUISICAO DE B	58	265
TAXA DE ADMINISTRACAO	560	1858
CONTRIBUICOES AO F.DE RESERVA	25	85
REND.DE APLIC.FINANCEIRAS	0	0
MULTAS E JUROS MORATORIOS	2	5
PREMIOS DE SEGUROS	31	106
CUSTAS JUDICIAIS	0	0
REEMBOLSO DE DESPESAS DE REGIS	0	0
OUTROS	0	0
	0	0
(-) RECURSOS UTILIZADOS	351	1724
AQUISICAO DE BENS	10	24
TAXA DE ADMINISTRACAO	310	1593
MULTAS E JUROS MORATORIOS	0	2
PREMIOS DE SEGUROS	31	106
CUSTAS JUDICIAIS	0	0
DEVOLUCAO A CONSORCIADOS DESLI	0	1
DESPESAS DE REGISTRO DE CONTRA	0	0
OUTROS	0	0
	0	0
DISPONIBILIDADES (Em: 31/12/2022)	595	595
CAIXA	0	0
DEPOSITOS BANCARIOS	0	0
CHEQUES EM COBRANCA	0	0
APLIC FINANC DO GRUPO	286	286
APLIC FINAN VINC CONTEMPL	308	308

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

IX - NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS BALANÇO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022

1. Contexto operacional

A Evoy Administradora de Consórcios Ltda. (“Instituição” ou “Administradora”), é uma sociedade limitada que foi constituída de acordo com a Circular nº 3.260/04 do Banco Central do Brasil - BACEN, e teve seu funcionamento autorizado pelo BACEN a administrar grupos de consórcios, conforme publicação do Diário Oficial da União em 16 de junho de 2021.

A Instituição sediada na Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, 1145, sala 402 e 404, Mogi das Cruzes/SP tem por objetivo social a formação, organização e administração de grupos de consórcios, destinados à aquisição de bens móveis duráveis, imóveis e serviços.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN.

As demonstrações financeiras são expressas em reais, que é a moeda funcional da Administradora de Consórcios Evoy.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1 – As aplicações interfinanceiras de liquidez e valores mobiliários estão registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescidos de rendimentos incorridos até a data do balanço.

3.2 - As receitas e despesas relacionadas com as operações e atividades da Administradora são reconhecidas pro rata temporis pelo regime de competência de exercícios, conforme Art. 7º da Resolução BCB nº 120 de 27/07/2021.

3.2.1 – A taxa de administração é reconhecida na competência do efetivo recebimento das contraprestações dos consorciados, conforme o Pronunciamento Técnico CPC nº 47.

3.3 Impostos recuperáveis

Os impostos a recuperar originaram-se de retenções na fonte sobre rendimentos de aplicações.

3.4 Impostos e contribuições a recolher.

Pis/Cofins - referente a rendimentos de aplicação financeira e ao faturamento, saldo referente ao mês 12/2022.

IRRR e CRF – Referentes aos serviços tomados obrigados a retenção, saldo referente ao mês 12/2022.

3.5. Capital Social

O capital social é de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), dividido em 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizado em 15/07/2021 com a constituição da empresa.

Distribuído entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR
Marcelo Luís Lucindo de Souza	1.470.000	R\$ 1.470.000,00
Maurício Pedro Lucindo de Souza	15.000	R\$ 15.000,00
Elisabete Silva dos Santos	15.000	R\$ 15.000,00
TOTAL	1.500.000	R\$ 1.500.000,00

3.6. Limite de Alavancagem

Levando-se em consideração que o limite de alavancagem das administradoras de consórcio estabelecido no artigo 1º da Circular Bacen nº 3.524, de 03/02/2011, é de 6 (seis) vezes o valor de seu Patrimônio Líquido ajustado obtido através dos seguintes fatores:

Saldo dos Grupos - conta 09.0.0.0.0-7 (4350)	594.737,62
(-) Aplicação Financeira Vinc. Contempl. Conta 09.6.0.0.0-9 (4350)	- 308.357,45
Passivo Circulante da Adm. Conta 4.0.0.00.00-8 (4010)	70.389,23
(-) Pendente de Receb. Cobrança Judicial conta 4.9.8.93.2.0-9 (4010)	0,00
RESULTADO	356.769,40
Divisor	6
(=) Resultado da Divisão	59.461,57
Patrimônio Líquido Mínimo Exigido Bacen (1)	59.461,57
Patrimônio Líquido Junho 2022	1.305.740,85
Contas de Resultado Credoras (conta 7.0.0.00.00-9)	1.719.226,82
(-) Contas de Resultado Devedoras (conta 8.0.0.00.00-6)	- 2.013.999,54
(-) Ajustes Exercícios Anteriores	0,00
(-) Lucros Distribuídos	0,00
Patrimônio Líquido Ajustado Dez/2022 (2)	1.010.968,13

3.7 - O Imposto de renda e contribuição social são calculados com base nos rendimentos tributáveis: o IRPJ pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 20 mensais (R\$ 240 para o exercício); a CSLL pela alíquota de 9% sobre o lucro líquido ajustado, na forma da legislação em vigor.

4. Principais práticas contábeis – grupos de consórcio

4.1 – As aplicações financeiras vinculadas aos grupos foram efetuadas junto ao Banco Santander, demonstradas pelos valores aplicados mais os rendimentos líquidos auferidos até a data do balanço, observado o regime de competência.

4.2. – Os recursos a utilizar representam disponibilidades e direitos do grupo de consórcio.

4.3 – A taxa de administração é apropriada de acordo com o pagamento das prestações, calculada por um percentual sobre o valor do bem objeto do consórcio.

5. Grupo de consórcio – informações complementares

DESCRIÇÃO	31/12/2022	%*
Quantidade de grupos administrados	1	
Quantidade de Bens entregues no período	0	
Quantidade de Consorciados Ativos	1747	
Quantidade de Cotas Não Contempladas	8	
Quantidade de Cotas Contempladas	1739	
Quantidade de Consorciados Excluídos	0	
Quantidade de Consorciados Quitados	196	11,22
Quantidade de bens pendentes de entrega	8	
Conсорciados Inadimplentes Não Contemplados	0	
Conсорciados Inadimplentes Contemplados	325	18,6

(*) Percentual em relação ao número de consorciados ativos



6. Eventos Subsequentes

Até a presente data não foram verificados eventos que possam alterar substancialmente a posição patrimonial da companhia.

7. Instrumentos Financeiros

A administradora elaborou o plano de implementação da regulamentação contábil estabelecida pela Resolução BCB nº 219 de 30.03.2022, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas administradoras de consórcio.

Marcelo Luís Lucindo de Souza

Administrador

Renata Grisaro Franco de Souza

TC CRC: SP 284247/O-4

X - RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Dirigentes da

EVOY ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA

Mogi das Cruzes - SP

Prezados Senhores

Examinamos as demonstrações contábeis da Evoy Administradora de Consórcio Ltda, em 31 de dezembro de 2022, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa, das mutações do patrimônio líquido, dos recursos de consórcio consolidada e das variações nas disponibilidades de grupos consolidada para o semestre e exercício findos nessas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as principais políticas contábeis e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Evoy Administradora de Consórcio Ltda, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcio em 31 de dezembro de 2022 e as variações consolidadas das disponibilidades dos grupos de consórcio



para os exercícios findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Evoy Administradora de Consórcio Ltda, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Principais Assuntos de Auditoria

Em nosso julgamento profissional, os assuntos abaixo relacionados foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

-Gestão dos grupos de Consórcio, considerando os aspectos da utilização dos recursos de terceiros, bem como a projeção de encerramento dos grupos.

-Cumprimentos dos limites de PLA e Capital Mínimo, bem como dos limites operacionais determinados pelo Banco Central do Brasil (Circular Bacen nº 3.524 de 03/02/2011).

-Responsabilidade da Administração e da Governança sobre as Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para

permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a administradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da administradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade da Administração e da Governança sobre as Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a administradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da administradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da administradora.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da administradora.

Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a administradora a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



São Carlos/SP, 19 de maio de 2023.



Alberto Francisco Costa

Auditor

CRC n° 1SP164292

CVM n° 10.600

Flávio Antonio Garrido

Auditor Assistente

CRC n° CRC n° 1SP094509/O

